



RESOLUÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL DA UGT

28 de Novembro de 2023

CUMPRIR OS ACORDOS ASSUMIDOS NA CONCERTAÇÃO SOCIAL.

GARANTIR ESTABILIDADE AO PAÍS. GERAR CONFIANÇA NAS PESSOAS E NAS EMPRESAS. DAR CONDIÇÕES À CONTRATAÇÃO COLECTIVA.

O País atravessa hoje um período de instabilidade política que nos colocará, a partir de Dezembro de 2023, perante um Governo com poderes reduzidos, pelo menos até Março de 2024.

A UGT, consciente das implicações que tais períodos têm sempre para os trabalhadores e para o País, saudou, desde logo, que fossem asseguradas as condições para viabilizar a aprovação de um Orçamento do Estado para 2024, garantindo um cenário de maior previsibilidade e uma capacidade de actuação que não existiriam sem Orçamento.

Saudámos igualmente a decisão célere de aprovar o aumento do salário mínimo para 2024 dos 760 para os 820 euros, bem como o aumento das pensões em cumprimento da fórmula legal e a actualização das remunerações na Administração Pública.

Foi uma decisão que, evitando especulações e aproveitamentos políticos, veio **efectivar compromissos assumidos na Concertação Social no Reforço do Acordo de Médio Prazo para a Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade**, assinado a 7 de Outubro passado, e nas negociações com os Sindicatos da UGT do sector público.

Os acordos celebrados assumem hoje, inclusivamente, uma importância redobrada.

Sabemos já que continuam a ser uma **base fundamental para o OE 2024**, no qual a **descida do IRS** mais acentuada já em 2024, a **actualização dos escalões** do IRS, a actualização do **mínimo de existência** em linha com o aumento do salário mínimo, a previsibilidade do aumento de **pensões e das prestações sociais** ou o alargamento do **IRS Jovem** têm o cunho da concertação social.

Como o têm, aliás, o apoio a sistemas complementares de protecção social, várias medidas de apoio à habitação, reduções no IVA e o aumento do benefício fiscal associado ao pagamento de quotizações sindicais.

Como sempre afirmámos, **o OE 2024 será sempre melhor em virtude das metas e medidas mais ambiciosas estabelecidas no Reforço do Acordo de Médio Prazo para a Melhoria dos Rendimentos, dos Salários e da Competitividade.**

Trabalhadores, reformados e pensionistas, beneficiários de prestações sociais, sector público e sector privado, têm hoje claros os méritos do Diálogo Social e da Negociação colectiva.

Mas, **num quadro de maior instabilidade política, a relevância do tripartismo excede sempre a do conteúdo das medidas adoptadas.**

Com efeito, não pode ser esquecido que **os acordos assinados não constituem apenas compromissos do Governo do momento, mas verdadeiros compromissos do Governo de Portugal assumidos com e perante os parceiros sociais e perante o País**, de acordo com os basilares princípios de um Estado de Direito Democrático.

No momento presente, temos, mais do que nunca, de relembrar que o Acordo assinado em 2022 e o Reforço assinado já em 2023 têm um horizonte temporal alargado.

Cumpre-nos deixar claro que **as metas de valorização salarial, incluindo as metas mínimas do salário mínimo, e as medidas de reforço da competitividade estabelecidas até 2026 não podem cair e são para cumprir.**

Cumpre-nos assegurar que os **ganhos de poder de compra garantidos em 2023 por via do Acordo** celebrado, invertendo o que se passou em 2022, **se continuam a manter até 2026.**

E é isso que faremos perante todos os partidos políticos e **é isso que faremos perante qualquer Governo que vier e que a esses compromissos estará vinculado.**

Defenderemos as reivindicações e propostas que resultam da **política reivindicativa aprovada em Secretariado Nacional.**

Seremos **intransigentes na defesa dos acordos assinados**, os quais são **um garante de estabilidade e de esperança** e constituem um **capital de confiança que não pode e não deve ser desperdiçado**, tão **essencial para uma boa governação como para o normal desenvolvimento da negociação colectiva**.

Lutaremos pela **manutenção e aprofundamento do diálogo social, a todos os níveis**, com vista a assegurar o estabelecimento de **compromissos, medidas e metas ainda mais ambiciosas**, que acompanhem e situação económica e social do País e reforcem as respostas a quem vive do seu trabalho.

POR MELHORES SALÁRIOS E MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO.

PELA ECONOMIA E PELO EMPREGO.

PELA NEGOCIAÇÃO COLECTIVA.

PELAS PESSOAS.

POR PORTUGAL.

GOVERNO CUMPRE ACORDO CELEBRADO COM OS SINDICATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A UGT releva o facto de o Governo cumprir o Acordo Plurianual de Valorização dos Trabalhadores da Administração Pública em todas as suas dimensões, **dando particular destaque ao entendimento alcançado com os sindicatos da Administração Pública a 27 de novembro**, que incide sobre a revisão do Sistema da Avaliação (SIADAP), e a valorização das carreiras de técnico superior, técnico superior especialista em orçamento e finanças e técnico superior especialista de estatística, destacando ainda o esforço e o empenho das equipas negociais de ambas as partes, os quais permitiram alcançar importantes resultados estruturais para os trabalhadores, para as carreiras e para a própria Administração Pública.

A UGT destaca ainda os processos negociais que, também recentemente, permitiram a criação da carreira de Técnico Auxiliar de Saúde, a valorização salarial da carreira de polícia municipal (em torno dos 20 % em média, para todos os trabalhadores), e a importante revisão e valorização das carreiras de informática.

Juntando a estes avanços, a publicação, em Diário da República, dos aumentos salariais para 2024, conforme previsto no Acordo Plurianual, e no seguimento do acordo de médio prazo celebrado em 2022, em sede de concertação social, a UGT não pode deixar de sublinhar o ênfase dado à negociação e à contratação colectiva nesta legislatura, apelando a que, após a realização do acto eleitoral de 10 de março de 2024, além do cumprimento dos acordos e compromissos já assumidos, o governo que vier a tomar posse, demonstre o mesmo esforço e empenho na negociação com as organizações representativas dos trabalhadores.

Aprovado por Unanimidade e Aclamação

O Secretariado Nacional da UGT

Lisboa, 28 de novembro de 2023